



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003570-06.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **ESSENCIAL COMERCIO E SERVIÇOS EM NUTRIÇÃO LTDA**  
 Requerido: **CLARO SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Essencial Comercio e Serviços em Nutrição Ltda. propôs a presente ação contra a ré Claro SA, requerendo: a) seja declarada a inexistência de relação jurídica entre as partes e a inexigibilidade do débito; b) a condenação da ré no pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R\$ 15.000,00; c) a exclusão de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito.

A tutela antecipada foi deferida às folhas 49.

A ré, em contestação genérica de folhas 62/80, requer a improcedência do pedido, alegando: a) legalidade dos procedimentos adotados pela ré, sendo exigível o crédito; b) no caso de ocorrência de fraude, o que se verifica é que um terceiro mal intencionado se dirigiu à ré, munido de documentos aparentemente legais contendo os dados da autora, motivo pelo qual foram os presentes acessos instituídos em seu CPF, sendo a ré igualmente vítima; c) ausência de conduta antijurídica da ré; d) inexistência de nexo de causalidade; d) aplicação da Súmula 385; e) inexistência de dano moral; f) em caso de condenação, devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como as condições socioeconômicas das partes.

Réplica de folhas 140/153.

Decisão saneadora de folhas 154/155, nomeou perito judicial para realização de exame grafotécnico e atribuiu o ônus da prova à ré.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Quesitos da autora de folhas 162/164.

Agravo de Instrumento de folhas 166/167.

Acórdão de folhas 199/204 deu parcial provimento ao agravo apenas para reduzir as custas periciais ao valor de R\$ 1.500,00.

Decisão de folhas 207 determinou a intimação da ré para o depósito dos honorários, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão da prova.

Certidão de folhas 214 informou que a ré não depositou os honorários periciais.

Decisão de folhas 215 declarou preclusa a prova pericial e declarou encerrada a instrução, deferindo prazo para alegações finais.

Alegações finais da ré de folhas 218/220 e da autora de folhas 221/232.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito porque impertinente a prova oral.

A prova pericial não foi produzida ante a falta de depósito dos honorários periciais por parte da ré, estando a questão preclusa.

Aduz a autora, em síntese: a) que em 22 de dezembro de 2011 celebrou um contrato com a ré, de prestação de serviços de telefonia, que tinha previsão expressa do prazo de fidelidade de 24 meses, ou seja, até o dia 21 de dezembro de 2013; b) que, transcorrido o prazo de fidelidade, no dia 29 de abril de 2014, realizou a portabilidade das linhas e demais serviços para a operadora vivo; c) que, todavia, em meados de outubro de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

2014, foi surpreendida com a informação de que seu nome constava nos órgãos de proteção ao crédito, inserção realizada pela ré; d) que obteve a informação junto à ré de que no dia 30 de novembro de 2012 teria celebrado um novo contrato de prestação de serviço com a ré e, em virtude deste novo contrato, estaria sendo cobrada uma multa por suposta rescisão antecipada do contrato; e) que, todavia, não celebrou qualquer novo contrato com a ré; f) que após obter cópia desse suposto contrato, constatou que a assinatura nele constante não pertencia ao seu representante legal, ou seja, havia sido falsificada; que, não obstante, a ré não reconheceu o engano e manteve o nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito.

A prova pericial grafotécnica seria determinante para comprovar se a assinatura lançada no contrato de folhas 36 e 41 pertenciam ou não ao representante legal da autora.

Todavia, a ré não cuidou em efetuar o depósito dos honorários periciais, os quais, inclusive, foram reduzidos pelo egrégio Tribunal de Justiça para o valor de R\$ 1.500,00 (**confira folhas 199/204**), tornando preclusa a prova pericial, conforme decisão de folhas 207.

Assim sendo, de rigor o reconhecimento de que a assinatura lançada no contrato de folhas 36 e 41 não promanaram do punho do representante legal da autora e, em consequência, de rigor a declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes e a inexigibilidade do débito apontado pela ré junto aos órgãos de proteção ao crédito (**confira folhas 47**).

Também de rigor a procedência do pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais.

A inclusão indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, por si só, gera dano moral indenizável. É o denominado *damnum in re ipsa*.

**Nesse sentido:**

Civil. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por dano moral. Sentença de procedência. Pretensão à reforma manifestada por ambas as partes. Recurso da ré. Insurgência restrita à pretensão indenizatória. A inclusão indevida em banco de dados de órgão de proteção ao crédito


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

gera dano moral indenizável, in re ipsa. Recurso da autora. Majoração da verba honorária cabível, bem assim do valor da indenização, na esteira do entendimento desta Câmara; porém, não no montante pleiteado. **RECURSO DA RÉ DESPROVIDO E DA AUTORA PROVIDO EM PARTE** (Apelação 1022247-54.2015.8.26.0576 Relator(a): Mourão Neto; Comarca: São José do Rio Preto; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 23/08/2016; Data de registro: 30/08/2016).

E não há falar-se em aplicação da Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, como pretende a ré, uma vez que o relatório fornecido pela Serasa comprova que o único apontamento existente nos cadastros daquele órgão é o que foi lançado pela ré **(confira folhas 45/58)**.

Considerando a condição sócioeconômica das partes, o fato de a autora, como pessoa jurídica, ter seu nome negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito, bem como o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 15.000,00 com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir da inclusão indevida, o que certamente não importará em enriquecimento sem causa ao autor e tampouco em empobrecimento da ré.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) declarar inexistente a relação jurídica entre as partes e a inexigibilidade do débito apontado pela ré junto aos órgãos de proteção ao crédito; b) condenar a ré no pagamento de indenização, a título de danos morais, em favor da autora, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir da inclusão indevida. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da condenação, ante o excelente trabalho, porque as manifestações foram claras, sem prolixidade e devidamente fundamentadas.

Oficiem-se aos órgãos de proteção ao crédito para exclusão definitiva do nome da autora, em relação ao débito apontado nestes autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 30 de agosto de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**